

Masculinidades: identidade narrativa, performance e diagramas de marginalização

Daniel Keller^(*)

Denise Castilhos De Araújo^(**)

Resumo

Construindo novas abordagens para as discussões das masculinidades, propõe-se, realizar uma pesquisa bibliográfica a respeito das teorias narrativas (RICOEUR, 1997; 1994) e das performances (BUTLER, 2003), com o objetivo de compreender como se dão os processos de marginalização de gênero sob a perspectiva da cultura simbólica (BHABHA, 1998; GEERTZ, 2008). A partir do levantamento da pesquisa, pode-se construir um diagrama de marginalização que possibilitou compreender como as masculinidades podem sofrer na normatização cultural, constituída pelas estruturas do habitus (BOURDIEU, 2014).

Palavras chave: Masculinidades. Teorias de Gênero. Performance. Cultura Simbólica.

Masculinities: narrative identity, performance and marginalization diagrams

Abstract

In order to understand the way in which the processes of marginalization take place, it is proposed to carry out a bibliographical research on narrative theories (RICOEUR, 1997; 1994) and performances (BUTLER, 2003) The perspective of the symbolic culture (BABABHA, 1998; GEERTZ, 2008). From the research survey, one can construct a diagram of marginalization that made it possible to understand how masculinities can suffer in the cultural normalization, constituted by the structures of habitus (BOURDIEU, 2014).

Keywords: Masculinities. Gender Theories. Performance. Symbolic Culture.

Pensando nas masculinidades como transposição dos padrões de gênero, compostos pela estrutura patriarcal e pelas forças normativas da cultura, este artigo parte da hipótese de que existe a possibilidade de um entendimento singular das marginalizações a partir da perspectiva simbólica da cultura. Esse pressuposto exige que

^(*) Mestrando em Processos e Manifestações Culturais Bolsista FAPERGS/CAPES. Grupo de Pesquisa Memória e Identidade. Universidade FEEVALE. E-mail: danielgkeller@gmail.com.

^(**) Doutora em Comunicação Social, Professora do Mestrado em Processos e Manifestações Culturais, e dos Cursos de Comunicação Social e Design, da Universidade Feevale (Brasil), Pesquisadora do Grupo de Estudos Cultura e Memória da Comunidade. E-mail: deniseca@feevale.br.

a visão das identidades assuma a capacidade mutável e não naturalizada das categorias de gênero, quebrando os paradigmas de opressão e violência a respeito das performances e significações sobre o corpo.

O discurso moralista a respeito do habitus masculino é enfrentado na medida em que são demonstradas as possibilidades de percepção dos gêneros a partir da historicidade. Assim, a narrativa desenvolvida pelo sujeito sobre o seu corpo estabelece uma representação do “eu” em direção ao espaço fora. A adequação desta narração à gramaticalidade da doxa cultural (normativas sociais) é uma forma de opressão, obrigando as identidades de gênero a existirem perante uma conduta pré-estabelecida e herdada historicamente.

O objetivo geral deste artigo é compreender como se dão os processos de marginalização de gênero sob a perspectiva da cultura simbólica. Diante desta motivação, surge a curiosidade de verificar como se desenham as manifestações de marginalidade das identidades de gênero a partir das performances dos sujeitos.

Sob uma proposta de método multidisciplinar, este estudo relaciona as perspectivas das teorias narrativas (CHARTIER, 1991; 2002; RICOEUR 1997;1994), da hermenêutica (GADAMER, 1997) e da abordagem simbólica da cultura (GEERTZ, 2008; BHABHA, 1998, HALL, 1998). Os critérios de escolha se dão com o intuito de fortalecer alternativas para a compreensão dos gêneros (neste caso, as masculinidades), considerando a heterogeneidade e a pluralidade necessárias nos estudos das manifestações culturais. Compreende-se que este direcionamento teórico é adequado às propostas estabelecidas por Butler (1999), Fuss (1999) e Scott (1989).

Identidades e o gênero narrativo

Todo potencial interpretativo e de revisão da realidade a partir de uma possibilidade mediada pela interpretação, garante às identidades um modo de pensamento que expande os esquemas de restrição. Por outro lado, esta ótica retoma os aspectos do sujeito pós-estruturalista (HALL, 2011), e retoma os aspectos da subjetividade na formação dos sujeitos. Consequentemente, o sujeito se transforma em um objeto de criação de simbologias e textos subjetivos a respeito de si, na tentativa de floração de seu “eu” – absolutamente performático e textual.

A importância da simbologia e das relações entre texto e ação que estruturam a condição de análise proposta por Geertz (2008) na rede cultural é justificada na escolha da abordagem das identidades narrativas (RICOEUR, 1997) como ponto fundamental

para o desenvolvimento deste trabalho. Quando desenvolve o conceito de identidade narrativa, Ricoeur está preocupado em responder a questão “quem fez tal ação?”. A resposta a esta pergunta, primeiramente pela nomeação, que, em seguida, exige uma explanação mais profunda, dedica-se a estabelecer o suporte de permanência deste nome próprio (LISBOA, 2013). De forma alguma ela consegue ser simples e objetiva, pois nesta perspectiva, a resposta só pode resultar de uma narração. Para Ricoeur (1997, p. 425), “a identidade do quem é apenas, portanto, uma identidade narrativa”.

A partir da abordagem descritiva, Ricoeur (1994) coloca a linguagem como meio específico que ajuda no processo de identificação de indivíduos. Para o autor, na língua latina o conceito de identidade possui dois modos de uso: *idem* e *ipse*.

O termo *idem*, no caso, nominativo masculino, é o pronome demonstrativo que se traduz por mesmo. Por sua vez, o termo *ipse* é empregado para reforçar o pronome demonstrativo no caso acima. Em outras palavras, *idem* serve para identificar, para dizer que é igual, ao passo que *ipse* é reforçativo; por exemplo: *idem rex* (mesmo rei e não outro) e *ipse rex* (o próprio rei). Colocando de lado as questões referentes à semântica dos termos, a identidade *idem* significa, ao mesmo tempo, unicidade e similitude, que representam valor numérico e qualitativo (LISBOA, 2013, p. 102).

Com relação à ipseidade, Isabel Carvalho (2003) elabora ainda mais o conceito, afirmando que existe um privilégio deste uso da identidade a partir de narrativas pessoais e/ou históricas – contribuindo com os processos de constituição do sujeito por si mesmo e no mundo. Esta elaboração não acontece apenas para os indivíduos, mas também se aplica para grupos e comunidades.

A noção de identidade narrativa supõe um processo estrutural formador do que Ricoeur denomina ipseidade – compreendida como a identidade de um si mesmo relacional e, portanto, marcado pela abertura de um ser afetado pelo mundo, em contraste com uma identidade fixa do mesmo (CARVALHO, 2003, p. 291).

Ainda sobre a ipseidade na formação da identidade narrativa é, talvez, um dos principais pontos de conexão dos sujeitos com a sua cultura.

Essa conexão entre ipseidade e identidade narrativa confirma uma de minhas mais antigas convicções, a saber, que o si do conhecimento de si não é o eu egoísta e narcísico cuja hipocrisia – e ingenuidade –, bem como o caráter de superestrutura ideológica e o arcaísmo infantil e neurótico as hermenêuticas da suspeita denunciaram. O si do conhecimento de si é o fruto uma vida examinada, segundo a frase de Sócrates na ‘Apologia’. Ora, uma vida examinada é, em ampla medida uma vida depurada, explicada pelos efeitos catárticos das narrativas tanto históricas quanto fictícias veiculadas por nossa cultura. A ipseidade é assim, a de um si instruído pelas obras da cultura que ele aplicou a si mesmo (RICOEUR, 1997, p. 425).

Com o intuito de tornar mais consistente o conceito de identidade, uma terceira noção complementa os usos de *idem* e *ipse*. Ampliando as possibilidades para os critérios de similitude, entra a continuidade ininterrupta. Esta noção refere ao itinerário do sujeito na condição de sua existência, desde o nascimento até a sua morte. A relação com a temporalidade é que torna esta identidade mais material, trazendo, por fim, o último critério de formação da identidade, que, para Ricoeur (1997), está no princípio de permanência no tempo.

Sob estes aspectos, fica demonstrada a complexidade da formação identitária a partir da perspectiva ricoeuriana. No entanto, estes conceitos permitem uma análise mais aprofundada das narrativas incorporadas pelos sujeitos, contemplando suas conexões com a cultura, com o tempo e, principalmente, consigo mesmo.

Outra questão fundamental também abordada por Ricoeur que muito contribui para a construção deste estudo é a de ascripção. Este conceito reconhece a questão da autoria das ações. Diretamente ligada à questão da moral e do caráter (aspecto também trabalhado pelo autor como característica identitária), a ascripção cria a possibilidade de imputar, acusar, censurar. Lisboa (2013) deixa claro que esta relação cria um tipo de autoria responsável, portanto, o autor de uma ação deve sofrer dos processos de respeito ou transgressão a partir das normativas culturais estabelecidas tradicionalmente.

Esta função reconhece o sujeito como agente, dotado da capacidade de seguir (ou não) um *ethos* e culpabilizá-lo das consequências de suas escolhas e ações. Considerando o conceito de permanência no tempo empregado a este sujeito, é criado um conjunto de condutas frequentes, que acabam por desenvolver um hábito – que dentro da cultura, constitui um padrão comportamental que poderá julgar as ações como adequadas ou não.

Na filosofia moral de Aristóteles, o termo *ethos* designa o caráter como *disposição adquirida (ecsis=echein)* pelo hábito. Este conceito, por sua vez, implica a dimensão do tempo e coloca em questão a imutabilidade do “caráter”. Deste modo, para Aristóteles, o hábito confere uma significação histórica ao caráter porque transforma a conduta do homem por meio da continuidade de outras ações praticadas no “horizonte de uma vida inteira”. No entanto, a inovação promovida pelo hábito é abolida quando sedimentada, isto é, quando se torna capacidade adquirida (durável) (LISBOA, 2013, p. 104).

A significação é um importante fator na construção da narração como um processo de identificação. Estes pressupostos reforçam a característica de constante construção para o reconhecimento do “si” (interior) em construção a partir de um universo exterior – como a cultura. A realidade da identidade, portanto, é composta tanto pelos traços individuais (*idem* e *ipse*), como também os coletivos. A permanência no tempo, por sua

vez, possibilita que a vida de um sujeito se transforme em um tecer de histórias reconfiguradas ao longo do tempo que relacionam indivíduo, sociedade e temporalidade.

Essa dialética do entrecruzamento seria em si mesma um sinal de inadequação da poética à aporética, se não nascesse dessa fecundação mútua um rebento, cujo conceito introduzo aqui e que testemunha certa unificação dos diversos efeitos de sentido da narrativa. O frágil rebento oriundo da união da história e da ficção é a atribuição a um indivíduo ou a uma comunidade de uma 'identidade narrativa (RICOEUR, 1997, p. 424).

A identidade narrativa, portanto, entra como uma chave solucionadora para completar a poética do círculo hermenêutico (RICOEUR, 1997; GEERTZ, 2008). É dado um enfoque importante ao “quem” da ação, sem que isso o comprometa em uma identidade estável – dando vazão às características de mutabilidade e historicidade dos sujeitos como narradores e narrativos e não como detentores de uma retórica apriorista do plano cartesiano.

O sujeito não somente é autor da sua narrativa, como também leitor de sua realidade. Deste modo, a identidade pode ser construída e narrada a gosto do sujeito, mas, que também, está fadado ao complexo esquema compreensivo que as estruturas normativas sociais acabam por estabelecer também no campo simbólico da cultura.

O discurso polissêmico das identidades narrativas abre espaço para novas perspectivas culturais, incluindo a estas as análises dos estudos de gênero – uma vez que também funcionam como um esquema de representação do sujeito social. Por outro lado, a polissemia não atinge somente o discurso do narrador, mas também a forma a interpretação de seu receptor. Por isso, as pesquisas relacionadas à cultura que se debruçam sobre a perspectiva simbólica para a análise das identidades narrativas e representações de gênero precisam evidenciar também quem lê/ouve estes textos, reforçando o caráter de análise hermenêutica desta categoria de estudo.

Através das identidades narrativas, a expressão dos gêneros consegue construir um tipo de textualidade que cria significações específicas para as performances dos sujeitos. Contudo, o gênero se apoia em signos que auxiliam na construção de textos que organizam a sistemática social e que contribuem (ou não) para a coerência destas identidades ao contexto simbólico cultural.

Gênero e performance

Descoladas da naturalização do corpo a respeito das representações que exerce com relação ao gênero, os sujeitos desenvolvem um tipo de significação sobre si e seus

pontos de contato com o espaço fora (social). Existe assim, uma quebra de sentido dos padrões de gênero originalmente relacionados às suas teorias de análise.

Joan Scott (1989) afirma que a disseminação dos estudos de gênero dentro da ciência aconteceu, principalmente, a partir dos anos 80. A preocupação destes estudos era a separação do gênero das categorias sexuais – estabelecida pela perspectiva biológica, a histórica, naturalizada. Sob este viés de análise, o gênero reitera a importância da identidade na construção dos papéis sociais, portanto, prevê uma construção histórica, social, cultural, política – sempre sob uma ótica plural e libertária.

A partir desses aspectos, o gênero perderia a característica binária (masculino ou feminino). No entanto, um dos pontos fundamentais recorrentes para as discussões de gênero está na ampliação destas possibilidades, eliminando a dicotomia do sexo biológico. Este pensamento segue uma estruturação proposta pelo pensamento feminista na modernidade tardia, baseado nas desestabilizações (PISCITELLI, 2002) das categorias, assimilando questões transversais que influenciam a constituição das identidades, como questões de opressão, colonização, economia, étnica e tantas outras que acabam por operar em algum tipo de espacialidade e temporalidade.

Pensar na identidade de gênero é uma forma de reconhecer as relações entre sexualidade e construção do *self*¹. Scott (1989) estabelece o gênero a partir de uma percepção social considerando inicialmente as diferenças corporais entre os sexos. No entanto, é necessário certo cuidado na aplicação desta relação corpo e identidade, uma vez que não possibilita a quebra dicotômica, opositiva e binária. A manutenção dos padrões sociais que estabelecem homem versus mulher contribui para as práticas de preconceito, hierarquização, marginalização, entre outros.

Sérgio Silva (2006), inclusive, aborda o mal estar masculino vivido na contemporaneidade a partir da crise do masculino padrão. Em síntese, muitos dos casos de violência percebidos hoje são consequências desta norma identitária de gênero estabelecido exclusivamente pelos formatos do corpo físico externo² – que acabam por legitimar o patriarcado, as hierarquias, as expectativas e as normatividades, sujeitando direta ou indiretamente todos os indivíduos.

¹ Aqui aplicado como aquilo que estabelece ou define a pessoa individual ou subjetivamente (SCOTT, 1989).

² Ver COSTA, Ronaldo Pamplona da. Os onze sexos: as múltiplas faces da sexualidade humana. São Paulo: Editora Gente, 1994.

Relacionando identidade e gênero, o núcleo da identidade de gênero como um conjunto de pressupostos e convicções, individuais e coletivas (SILVA, 2006). Essas regras estabelecem para os sujeitos o que se considera socialmente aceito como masculino e feminino. A base desta relação é a visão do indivíduo como um todo e em como esta composição – corpo externo, glândulas, comportamento sexual, preferências e questões comportamentais – se relaciona com cultura no qual está inserido.

Essa discussão comprova não somente a crise da masculinidade, mas também a crise das identidades que se encontram em um momento de transição. Hall (1998) comenta sobre a concepção sociológica da identidade e como ela se estabelece a partir de uma forte relação entre o pessoal e o público. A projeção se destaca como um termo fundamental para esta visão. No entanto, sob a perspectiva da identidade pós-moderna, é estabelecida uma quebra com a estrutura física e concreta, abrindo caminho para uma conexão mais flexível e fragmentada. Concordando com esta abordagem, a identidade de gênero também precisa ser entendida como transitória e em constante formação. Portanto, sempre em busca de discursos significativos para a sua constituição – mesmo que de forma momentânea.

As identidades (também de gênero) passam a ser construídas a partir de apropriações com determinados valores. Esses valores, por sua vez, estão implícitos ou explícitos nos discursos. É justamente a presença da significação compartilhada que possibilita a compreensão das práticas entre as identidades. Estas práticas, por sua vez, podem estar adequadas ou não às expectativas relacionadas ao corpo físico.

A anatomia divide os seres humanos em dois tipos físicos distintos quanto à sua genitalidade e ao seu corpo, estabelecendo no meio sociocultural, inclusive, qual a imagem de homem e mulher que se deve tomar como realidade única possível. A anatomia, portanto, o corpo, vai ser tomado como parte da constituição da identidade sexual e de gênero do sujeito, mas “é preciso analisar as ideias que uma sociedade cria acerca do corpo e os discursos que sustentam não somente acerca do corpo dos homens e das mulheres, como também o discurso sobre a sexualidade e um discurso da sexualidade” (ALMEIDA, 1995, p. 138 apud SILVA, 2006, p. 123).

A identidade de gênero masculina, por exemplo, sempre esteve ocupada por um conjunto de exigências que ultrapassavam tanto questões físicas, quanto da cultura. Silva (2006) trata das questões de ordenação da masculinidade pautadas nas relações de poder, de produção (tarefas de trabalho) e da catexia (energia emocional vinculada a um objeto com gênero definido). Assim, está estabelecido um conjunto de significações a respeito das performances de gênero, inscritos sob a simbologia da cultura.

Estas significações, por sua vez, retomam o propósito do gênero como uma estilização do corpo que se configura através da repetição de atos e textos. Portanto, fica ampliada a visão do corpo naturalmente homem ou mulher, submetendo estes sujeitos (que se reconhecem como) masculinos um tipo de inscrição cultural (BUTLER, 1999).

Nesta inscrição cultural está implícita um tipo de moldura reguladora rígida, estabelecida simbolicamente ao longo do tempo e que acabam por estabelecer uma naturalização. Neste sentido, Butler (1999) retoma os aportes austrianos relacionando à crítica desconstrutivista³ que não se aplicaria exclusivamente ao gênero, mas aos corpos e ao sexo. Assim, a performance da linguagem aplicada ao gênero possibilita a concepção deste conceito como um resultado textual e linguístico desenvolvido culturalmente, tendo o simbólico como engrenagem de construção da realidade.

Butler (1994) traz o sentido da performance para a análise dos gêneros a partir do desdobramento referente ao uso das linguagens, ou seja, o gênero como performativo. Assim, o performativo destaca não o objeto em si, mas o efeito de sentido que nele é aplicado (a partir de uma determinada conduta), registrando a capacidade de dotar de sentido uma ação relacionada a um corpo.

A performance dá ênfase ao aspecto do gênero como categoria socialmente construída, quebrando o paradigma da relação corpo/gênero. Performatizar uma determinada identidade, através de uma narrativa significativa, possibilita materializar esta quebra entre corpo e o comportamento previsto para cada identidade de gênero (estabelecidas pela doxa cultural). No entanto, Butler afirma que também existe uma arbitrariedade nesta distinção entre sexo/gênero enquanto afirma: “Talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (Butler, 2003, p. 25).

Ampliando esta análise, Rodrigues (2012) relaciona as ideias de Butler com os pressupostos de Derrida, afirmando:

Aceitar o sexo como um dado natural e o gênero como um dado construído, determinado culturalmente, seria aceitar também que o gênero expressaria uma essência do sujeito. Ela defende que haveria nessa relação uma “unidade metafísica”, tão metafísica quanto a concepção da linguística que percebe o par significante/significado dentro da distinção sensível/inteligível na qual a tradição filosófica sempre se apoiou (RODRIGUES, 2012, p. 150).

³ A crítica desconstrutivista também é usada por Hall (2011) para descrever a identidade nas suas relações do gênero, principalmente, com relação ao seu sentido transitório e mutável.

Assim, fica clara a influência do gênero, não do sexo, na formação da identidade. Essa afirmativa se estrutura na condição do gênero como uma unidade ampliada, desprendida do sexo, mas com ele relacionada.

Desse modo, o gênero que ultrapassa a inscrição culturalmente imposta ao seu corpo físico, passa a desenvolver uma performance – que atua no campo simbólico das relações humanas. São percebidas duas forças que atuam na realidade, uma coerção linguística de normatividade e outra, também mediada pela linguagem, que performatiza o gênero ao passo que ele é narrado pela linguagem.

Representações de gênero: a narrativa (a)gramatical

A performatividade dos gêneros exige que se estabeleça um tipo de narrativa a partir dos objetivos ou intenções da identidade dos sujeitos. Para cada performance, está previsto um modo de existência, que acaba por sofrer de todo o contexto social que normatiza ou, raramente, liberta as suas expressões. A narrativa, portanto, perpassa um processo de representação que faz com que exista uma encenação social, com diferentes autores, alguns emissores, outros interlocutores ou, simplesmente, receptores.

Existem inúmeros pontos de conexão entre o conceito de representação e os estudos de gênero. No entanto, sua estrutura de relação mais fundamental está na perspectiva da nova história cultural, que amplia o conceito de representação coletiva proposto por Durkheim. O conceito de representação que foi desenvolvido por Roger Chartier (1991) reflete sobre as questões entre verdade *versus* ficção – reposicionando a noção da “verdade” dentro dos estudos da História. Neste sentido, entende-se a força das narrativas como forma de construção ou registro da realidade – não no sentido de invenção, mas de um “real” presente no texto narrado.

Entre os modelos de novas relações com o mundo social apresentados por Chartier (1991), está a prática dos sujeitos que visam reconhecer uma identidade social a partir de uma maneira própria de vivência. Da mesma forma que existe um posicionamento de existência, há também um processo de significação de seus atos. Aplicando aos estudos de gênero, estes atos e significações podem estar adequados ou não à doxa cultural na qual estes sujeitos estão inseridos.

Diana Fuss (1999) contribui aos estudos de gênero, justamente, explorando a construção da normalidade cultural, questionando as práticas sociais de exclusão ou marginalização, relacionando às ideias de “dentro/fora”. Assim, cada sujeito passa a ter

um corpo político, adequado ou não ao marco social, resguardado de direitos ou que sofre alguma forma de exclusão. A lógica normativa, portanto, “engloba a estrutura da linguagem, a representação e a subjetividade, designa, também, a estrutura de exclusão, a opressão e o repúdio” (FUSS, 1999, p.114).

Em concordância, Hall (1998) admite que o lugar das desigualdades está justamente alocado nas sociedades capitalistas. A hierarquia social está estabelecida por questões de etnia, sexo, gerações e classes. Neste sentido, a cultura é o “locus central em que estão estabelecidas e contestadas tais distinções” (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003, p. 38). É, portanto, na cultura que estão estabelecidos e impostos os significados que interessam aos grupos dominantes. Os textos culturais passam a ser a normativa, que tanto significa, quanto fixam conceitos.

Quando Chartier (2002) desenvolve seu conceito sobre representação, deixa claro que existe nela um papel de forjar a realidade, de modo a se construir a partir de categorias de percepção. A elas o jogo de poder e a variabilidade são características intrínsecas.

Para os discursos de representação, inclusive sobre construções de identidades de gênero, não existe a neutralidade (CHARTIER, 2002). Procurar ou dispor de um corpo ou gênero mais ou menos adequado demonstra a produção estratégica e prática regidas pelas dinâmicas sociais de normatização. Portanto, é criada certa autoridade e hierarquização favorável àquelas representações de gênero coerentes com o conceito imposto como adequado.

Quando a sociedade pressiona ou influencia sujeitos como um meio de impor sua forma de pensar o mundo, criando marginalizações de “dentro e fora”, está, na verdade, legitimando as lutas de representações. Estes conflitos de representações de gênero, por sua vez, são vistos como tão importantes quanto às decisões econômicas, bem como, tão decisivos quanto imateriais (CHARTIER, 2002).

As primeiras categorias lógicas foram categorias sociais; as primeiras classes de coisas foram classes de homens em que essas coisas foram integradas. O que leva seguidamente a considerar estas representações como as matrizes de discursos e de práticas diferenciadas — mesmo as representações coletivas mais elevadas só têm uma existência, isto é, só o são verdadeiramente a partir do momento em que comandam atos que tem por objetivo a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória das identidades — tanto a dos outros como a sua (CHARTIER, 2002, p. 18).

Representar-se é apropriar-se de um discurso simbólico, fortemente pautado pelas vinculações com outros “representantes”. Pode-se entender que existe uma forma de delimitar a existência dos sujeitos em determinados grupos – que, por sua vez, podem estar localizados “dentro ou fora” da normatividade. Para Diana Fuss (1999) a adequação

corpo e gênero é uma das principais premissas para a vinculação com os grupos normativos de modo que, o sujeito define seus atos (e, portanto, seu discurso identitário) a partir das práticas culturalmente autorizadas. Atuando desta forma, ele está buscando uma vinculação hegemônica – mesmo que contrariando seus desejos individuais.

Chartier (1991) apresenta uma proposta que também trata das relações entre identidade e imposições sociais:

Uma dupla via abre-se assim: uma que pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma (CHARTIER, 1991, p. 183).

A partir das normatividades sociais, Butler (1999) analisa as sujeições aplicadas a identidades transgênero⁴, bem como, identidades femininas não adequadas ao padrão cultural esperado. O principal enfoque da autora está em criar demonstrações que possam ter como consequência a desnaturalização do gênero, portanto, que ele não seja definitivo e definido a partir do corpo físico externo, mas que possa ser, realmente, uma construção, móvel, histórica e mutável. Esta abordagem corrobora com a visão de Chartier (1991) sobre a substituição da percepção das estruturações em detrimento das estruturas, ou seja, aceita a noção de processo, como um texto que se cria a partir das necessidades de estabelecer vinculações – que, aplicadas, ao estudo de gênero podem envolver identificações hora com masculinidades e hora com feminilidades.

No entanto, para que esta possibilidade aconteça, é necessário quebrar uma importante regra para a cultura contemporânea que está baseada na representação dos grupos e, aqui, dos gêneros. Os grupos ou “categorias” criam auto representações buscando demonstrar uma “unidade de práticas que visam reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição” (CHARTIER, 1991, p.184). Assim, percebe-se a existência de um jogo ambíguo de forças aparentemente paradoxais, entre representação individual e as representações de grupo.

A necessidade de desconectar corpo e gênero retoma a abordagem fundamental de representação “entendida como relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, um valendo pelo outro” (CHARTIER, 1991, p. 184). Neste caso, a imagem e o objeto se diferenciam ao passo que um corpo masculino, por exemplo, não possui uma identidade de gênero masculina padrão. Não ocupando um corpo que a traduza

⁴ Todas aquelas identidades de gênero que não se consideram adequadas ao corpo físico.

integralmente, a identidade precisa criar uma equivalência narrativa (material ou através de um discurso) para que possa se constituir como sujeito, substituindo um corpo ausente por uma representação – esta sim adequada à sua performance de gênero.

Pensando no aspecto das representações coletivas (CHARTIER, 1991), a representação de gênero trabalha sob a forma de uma identidade social que precisa ser compreendida pelos demais sujeitos, para tanto, é necessário que, de alguma forma, exista uma equiparação com outras identidades que estão inseridas no meio social.

De forma geral, a questão fundamental que possibilita o uso da expressão “representações identitárias de gênero” está diretamente ligada ao abandono da visão estruturalista e material. Em contrapartida, abre espaço para uma visão sobre as práticas sociais de maneira única, reforçando a força do indivíduo como ser único, com um rico conjunto de possibilidades de compreensões mutáveis, apropriações constantes e vivências. Assim, abre-se caminho para uma realidade mais plural e menos fixa, assumindo o papel do imaginário como força importante para a materialização dos construtos da percepção do real.

Masculinidades

A definição dos papéis sociais masculinos é permeada pelo processo de construção simbólica. Esta determinação, no entanto, não se dá somente pelo caráter performativo, mas também com relação às questões de representação. O homem, portanto, encarna um *habitus*⁵ dado através da cultura que estabelece suas dinâmicas e, além disso, as suas percepções e uso de seu próprio corpo.

A noção de *habitus* parte do pensamento aristotélico e que é usado por Bourdieu (1977)⁶ em busca de definir uma “economia de práticas generalizadas”. Este tipo de economia tende a dar mais condições para a emergência de outras formas de ação econômica e do sistema de trocas.

Segundo Löic Wacquant

[...] as raízes do *habitus* encontram-se na noção aristotélica de hexis, elaborada na sua doutrina sobre a virtude, significando um estado adquirido e firmemente estabelecido do caráter moral que orienta nossos sentimentos e desejos em uma situação e, como tal, a nossa conduta. No século XIII, o termo foi traduzido para o latim como *habitus* (particípio passado do verbo habere, ter ou possuir)

⁵ Para o conceito de hábitus, este estudo se propõe a aplicar os conceitos de Bourdieu que o define como um “um modo estenográfico de designar uma postura de investigação adequada à observação metódica da constituição social de agentes em quadros institucionais diversos” (Wacquant, 2007, p. 63).

⁶ BOURDIEU, Pierre. Reprodução cultural e reprodução social. In: BIMBAUM, Pierre & CHAZEL, François (Org.s.). *Teoria Sociológica*. São Paulo : HUCITEC/EDUSP. 1977.

por Tomás de Aquino em sua *Summa Theologiae*, em que adquiriu o sentido acrescentado de capacidade para crescer por meio da atividade, ou disposição durável suspensa a meio caminho entre potência e ação propositada (WACQUANT, 2007, p. 65).

A transformação do termo *habitus* na ideia de hábito tem como resultado um “impulsor silencioso do comportamento social” (WACQUANT, 2007, p. 65). No entanto, é na abordagem bourdiana que o conceito ganha uma propriedade filosófica que transcende a oposição entre o objetivismo e o subjetivismo. Assim, o *habitus* passa a ser visto como:

uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, ou seja, o modo como a sociedade torna-se depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam em suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações de seu meio social existente (WACQUANT, 2007, p. 66).

Existe, portanto, uma clara relação entre o contexto, o externo, para a construção de um *habitus*. Os fenômenos e processos comportamentais que surgem a partir do *habitus* são um produto de um sistema baseado em dispositivos duráveis e que são passíveis de transposição, integrando, inclusive, as experiências passadas dos sujeitos. Esse sistema passa a funcionar como um padrão, uma base de percepções e manifestações que dão sustento aos sujeitos para que possam aplicar esta mesma matriz comportamental em outras ordens de esquemas sociais (WACQUANT, 2007). O *habitus*, portanto, é um resultado de um processo em constante construção de um modo de agir sobre o vivido.

Aplicado ao gênero, o *habitus* aparece como uma ordem social que opera “na obscuridade dos corpos” (BOURDIEU, 2014, p. 115). A masculinidade entra como um “sistema de esquemas classificatórios” (IBIDEM, 2014, p. 115) que acaba por definir a performance dos sujeitos ditos masculinos na sociedade a partir dos códigos estabelecidos na cultura.

Existe uma busca por uma hegemonia baseada na simetria entre gêneros iguais e estabelece uma relação de exclusividade binária para as representações de gênero. Assim, estão disponíveis pelo marco social apenas duas possibilidades: homem e mulher. Eles são opositivos e, portanto, não aceitam variações que o distanciem de um padrão de masculinidade e feminilidade.

Este marco social exerce uma simbolização que estabelece a oposição “dentro/fora”⁷ da qual trata Diana Fuss (1999). Neste contexto, dentro significam as identidades padrão e aceitas. Enquanto fora é o cenário no qual identidades de gênero podem vivenciar uma flexibilidade, saindo dos padrões, mas sempre em uma situação marginalizada, portanto, não aceita.

Bourdieu (2014) reforça a importância da virilidade para o suposto homem padrão. A obrigatoriedade pelo desempenho sexual integralmente satisfatório coloca a masculinidade sob uma forma de submissão, uma vez que é obrigado a desenvolver determinada performance (BUTLER, 2003). O bom desempenho sexual masculino o coloca “dentro” do marco social, na medida em que atende ao padrão estabelecido, bem como, reforça a sua honra.

Semelhante à nobreza, a honra – que se inscreveu no corpo sob forma de um conjunto de disposições aparentemente naturais, muitas vezes visíveis na maneira peculiar de se manter de pé, de aprumar o corpo, de erguer a cabeça, de uma atitude, uma postura, às quais responde uma maneira de pensar e de agir, um ethos, uma crença, etc. – governa o homem de honra, independente de qualquer pressão externa (BOURDIEU, 2014, p. 75).

Diante do marco social, o homem desonrado e, portanto, não padrão, sofre da repreensão por uma conduta não hegemônica. Sendo sujeitado a partir da estrutura da exclusão, da opressão e do repúdio aos quais estão aplicados os sistemas de poder, autoridade e legitimidade cultural (FUSS, 1999).

A visão de naturalidade de um masculino viril e dito “macho” contribui para o fortalecimento das fronteiras de marginalização. O “fora” passa a ser espaço de vivência de qualquer masculino que seja antinatural e impuro (FUSS, 1999). A virilidade masculina, assim como a heterossexualidade, passa a ser obrigatória para a vivência “dentro” da sociedade. “A linguagem e a lei que regulam o estabelecimento da heterossexualidade [e da virilidade]⁸ são como uma identidade, como uma instituição, como uma prática, um sistema, são a linguagem e a lei a defesa e a proteção”⁹ (FUSS, 1999, p. 115). Para a autora, a representação de gênero padrão estabelece uma conduta e

⁷ Diana Fuss (1999) usa “dentro/fora” para falar dos processos de marginalização sobre as identidades de gênero heterossexuais e homossexuais. Dadas as devidas proporções de sujeição, masculinos flexibilizados também são marginalizados, de forma a compreender como dentro, neste caso o masculino “macho” e viril.

⁸ Destaque e complemento realizado pelo autor tendo em vista a adaptação da análise de Daiana Fuss sobre as relações entre homossexualidade e heterossexualidade para uma visão mais ampla de uma masculinidade padrão.

⁹ Tradução do autor para o original “El lenguaje y La ley que regulan el establecimiento de la heterossexualidad, ya como una identidad, ya como una institución, ya como una práctica ya como un sistema, son el lenguaje y la ley de la defensa y la protección”.

uma identidade, e aponta seus limites ontológicos, assegurando-se em si mesma. Aspectos como a virilidade e a heterossexualidade padrão dão ao indivíduo uma chance de melhor compreensão de si a partir do outro. Adequada ao corpo físico, a performance de gênero dá mais chance de uma interpretação mais “verdadeira”, criando uma nítida relação com à representação coletiva (CHARTIER, 1991) das identidades masculinas padrão.

Bourdieu (2014) torna claro o papel da definição de gênero como engrenagem de funcionamento dos “esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (BOURDIEU, 2014, p. 21). Especificamente tratando da masculinidade, o autor convoca as relações com a virilidade como fator determinante sobre a visão do que é “ser homem”.

Para Bourdieu (2014), a incorporação da dominação, primeiramente, se dá na diferenciação do corpo masculino e feminino e neles é aplicado um conjunto de simbolizações. Estas simbolizações, por sua vez, definem seus papéis sociais e suas representações de gênero.

O paradoxo está no fato de que são as diferenças visíveis entre o corpo feminino e o corpo masculino que, sendo percebidas e construídas segundo os esquemas práticos da visão androcêntrica, tornam-se o penhor mais perfeitamente indiscutível de significações e valores que estão de acordo com os princípios desta visão: não é o falo (ou a falta de) que é o fundamento dessa visão de mundo, e sim é a essa visão de mundo que, estando organizada segundo a divisão em gêneros relacionais, masculino e feminino (BOURDIEU, 2014, p. 40).

A simbolização social sobre os corpos não se restringe ao caráter performativo e nominal, mas segundo o Bourdieu (2014), impacta profunda e duradouramente nos corpos e cérebros. Esta relação configura, portanto, uma definição diferencial que orienta o uso do corpo, legitimando ou não, suas práticas, principalmente, com relação à sexualidade.

O marco social estabelece estas normativas identitárias através de mecanismos também alimentados e compostos pela mídia e as formas de consumo. Assim, estas práticas e movimentos ajudam a compor o sistema hegemônico que rege as masculinidades contemporâneas – tanto no sentido de inclusão quanto de marginalização. Essas práticas, por sua vez, acabam delineando performances, modos de uso do corpo, seus papéis sociais, indumentária e identidade.

Diagramas de marginalização masculina

Para o gênero masculino hegemônico, herdeiro e beneficiado pela estrutura patriarcal, é dada uma textualidade naturalizada para o seu corpo, que vem a estabelecer

a sua performance social que deveria estar integralmente adequada à doxa – passível de repreensão a partir da imoralidade da não adequação. No entanto, o sujeito marginalizado também já estabeleceu um esquema de regras que sistematicamente também se colocam como “organizadoras” do *locus* marginal.

A lacuna entre a latência existencial do sujeito masculino e a sua performance social está repleto de uma carga simbólica que acaba por sujeitar, violentar e restringir suas expressões do “eu” – influenciando a sua relação com a realidade, no sentido do “ser-no-mundo” (GADAMER, 1997). A visão sob a perspectiva do hiato das masculinidades coloca em questão as imagens que são lançadas às identidades que influenciam na construção de uma realidade completamente orientada culturalmente – portanto, de modo opressor e estereotipado.

O papel da diferença para o entendimento das “novas” subjetividades masculinas é também reconhecer uma lacuna, um lapso. O trabalho de documentar as diferenças das masculinidades é dar destaque neste hiato vivencial da identidade de gênero. Esse pensamento se configura como uma quebra conceitual da concepção de gênero como uma categoria concebida, regular e padrão. Esta ação atua não no sentido de confrontar direcionamentos culturais e simbólicos, mas de reconhecer que existem infinitas nuances nas diferenças existenciais que hoje atuam de forma omissa, implícita ou não reconhecida.

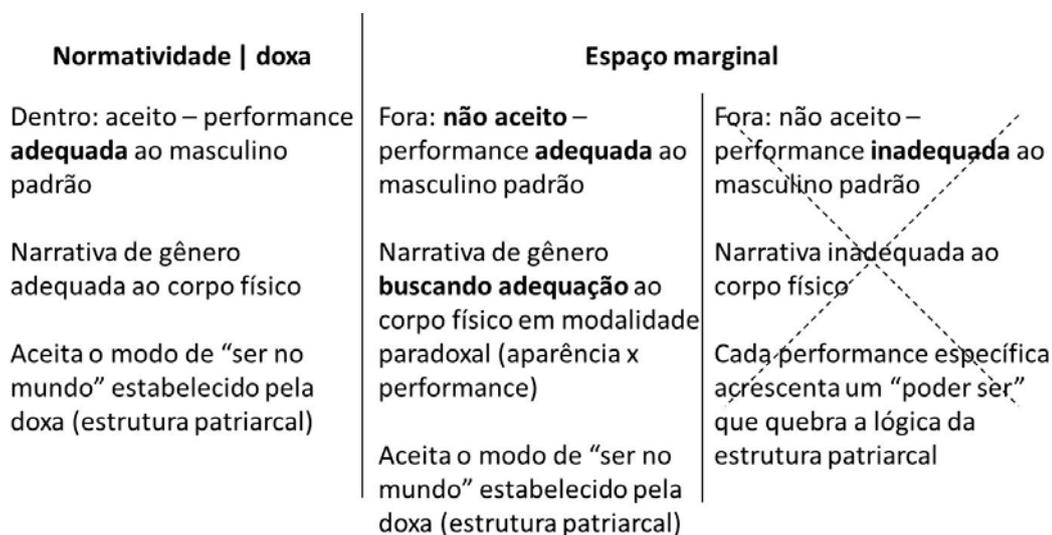
A busca pelo entendimento destas identidades possíveis é um processo da revelação da verdade como processo. A cada discurso atrelado a uma narração das identidades dá-se a possibilidade de recriação daquele sujeito. O processo de surgimento da verdade, no entanto, é “surgente” e, possivelmente, nunca atingido. Para Bhabha (1998) a importância do processo no sentido de problematizar a construção da identidade é fundamental, uma vez que ela não existe a priori, “sempre é apenas o processo problemático de acesso de uma imagem de totalidade” (IBIDEM, 1998, p. 85).

Dando continuidade à perspectiva hermenêutica de Gadamer (1997), o que interessa nas relações do sujeito masculino é vê-lo como parte do mundo. Sob este olhar são reveladas novas formas de percebê-lo historicamente, principalmente com enfoque em sua subjetividade. Estes homens estabelecem, através do cotidiano, um tipo de narrativa que historiciza aspectos reais e concretos da realidade.

No entanto, esta mesma realidade segue um conjunto de convenções culturais que tende a regular estas narrativas, tentando adequá-las a outras narrativas historicamente estabelecidas. Estas narrativas culturais, no entanto, pouco deixam espaço para a

liberdade de performatização das identidades, oferecendo uma retórica pronta, aceita e que promulga as ordens das instituições sociais.

Figura 1 - Diagrama cultural das masculinidades



Fonte: Elaborado pelo autor (2015)

Como elaborado no esquema - Diagrama cultural das masculinidades, existem diferentes formações discursivas para as masculinidades, levando em consideração a normatividade cultural. O espaço marginal, na verdade, é dividido pelas identidades que são capazes de performatizar um tipo de texto mais ou menos aceito pelo que é estabelecido pela doxa.

Cada quadrante da figura é uma representação do “dentro/fora”, no sentido das regulações simbólicas da cultura e dos parâmetros de inclusão/exclusão. Assim, “a representação dentro/fora, que engloba a estrutura da linguagem, a repreensão e a subjetividade, designa também a estrutura da exclusão, a opressão e o repúdio¹⁰” (FUSS, 1999, p. 114). Cada quadrante da figura não é apenas uma fronteira do aceito, mas também uma demonstração das diferentes possibilidades textuais para as performances das identidades de gênero.

A nomeação dos sujeitos como “homem”, acaba por estabelecer um embate vivencial no sentido de adequarem-se ou não ao que é dado como pressuposto e esperado a partir do corpo biológico. A divergência entre a expectativa cultural para uma identidade masculina e a sua performance de gênero define seu espaço de habitação social, bem como o nível hierárquico das demais masculinidades.

¹⁰ Tradução do autor para o original “la representación dentro/fuera, que engloba la estructura del lenguaje, la represión y la subjetividade, designa también la estructura de la exclusion, la presión y el repudio”.

As performatividades relacionadas ao gênero que habitam o espaço fora do composto semântico denominado homem também passam a ser classificadas sob outras formas de nomenclaturas. Estas categorias criadas têm por objetivo resumir a adequação (ou não) dos sujeitos à doxa cultural (BOURDIEU, 2014).

Mais à esquerda do quadro estão postas as identidades de gênero masculinas entendidas como dentro da norma. Assim, suas performances não fogem às regras que a cultura estabelece a partir da masculinidade hegemônica. Estar dentro deste quadrante garante um conjunto de favorecimentos e, por consequência, apresenta um restrito código de performatividades a respeito do que pode ser considerado como masculino.

No primeiro quadrante existe uma política de regulação do corpo que atua no sentido de manutenção da sociedade, excluindo as possibilidades de autonomia individual em detrimento da permanência do padrão da “boa família” (Adrienne RICH, 1996). Tanto a igualdade das mulheres, quanto as novas formas de performatizar o masculino, colocam em risco as instituições da sociedade padrão, ameaçando a ordenação cartesiana através de uma ruptura e descontinuidade histórica.

Entende-se que, da mesma forma que normatividade influencia as identidades masculinas denominadas heterossexuais, também há um ethos proposto para o locus marginal. A doxa cultural acaba por criar estruturas normatizadoras nas fronteiras do aceito e do não aceito.

Assim, existe no segundo quadrante um modelo textual de masculinidade que foge do padrão da doxa (devido à orientação sexual, por exemplo), mas que continua seguindo uma performatividade de padrão hegemônico. Nestes casos, nota-se um intenso conflito existencial, no sentido de que estes sujeitos buscam uma aceitação por parte do grupo hierárquico do primeiro quadrante, mas nunca perderão a característica de não adequação ao sujeito integralmente aceito. Neste local, uma performance é mais aceita e notável que as outras, na medida em que funciona dentro dos parâmetros de compreensão aceitas pela hegemonia (BUTLER, 2003), no entanto, nunca estará no mesmo nível que a performatividade padrão.

Para este grupo, o “não parecer” marginal confere um tipo de nível hierárquico superior aqueles que, por exemplo, são afeminados ou não viris. A política das aparências delimita o nível de aceitação que aquele sujeito dito masculino vivencia, concordando com as contribuições de Bourdieu (2014) para a concepção de homem “de bem”. A marginalização, portanto, demonstra como a aparência se coloca no campo da exclusão,

mas também pode disfarçar momentaneamente uma ou outra performance não aceita hegemonicamente.

A complexidade desta performance também se constrói na demonstração de que o sujeitado também pode sujeitar. À medida que existe uma formação identitária a partir de uma função de “relação de desejo” (BHABHA, 1998), ou seja, de assimilação das características do masculino hegemônico, também há um discurso opressor para com as identidades que não estão adequadas ao padrão exigido pela doxa cultural.

O respeito à tradição social influencia os sujeitos com tamanha força que eles podem exigir dos demais marginalizados um tipo de conduta hierarquicamente melhor compreendida. Este comportamento também retoma a concepção de Bhabha (1998) para com o conceito de fetiche. Para o autor, existe uma demanda simbólica de adequação, que atua no sentido de camuflar as diferenças – seja através da ausência (ou eliminação) de determinadas identidades não adequadas ou de negar o individual em busca da pureza cultural.

Comprovando o papel da linguagem na formulação destas categorias sociais, nomes são impostos como um tipo de característica pejorativa. Ao longo da história, estas nomenclaturas acabam por transformar-se em ferramentas de sujeição e expressão de preconceito. Rafael Jimenez (2009) apresenta um estudo sobre os tipos de xingamentos aplicados, principalmente, aos indivíduos homossexuais, com o objetivo de reforçar algum tipo de hierarquia - entre os exemplos afeminado, marica, puto ou sodomita são recorrentes.

Nomear um homem como “marica” seria igualá-lo a uma mulher, ou seja, é usado geralmente, para definir aqueles homens que são afeminados. O ponto crítico, neste caso, é a proximidade com a figura feminina devido aos trejeitos vistos como não masculinos. O mesmo fato acontece com o termo “puto” que, no feminino, se refere à puta, ou seja, aquela mulher que se prostitui – reforçando o aspecto misógino e de domínio do corpo pela estrutura patriarcal através da doxa cultural.

O corpo linguístico que se configura a partir da identidade de gênero, portanto, é dotado de um tipo de classificação culturalmente imposta, usada no sentido de aprisionamento a um determinado arquétipo pejorativo. Nos estudos de Jimenez (2009) está indicado o termo “invertido” dentro do idioma espanhol como sinônimo da orientação homossexual. No entanto, este termo, justamente demonstra a condição desta tentativa de categorização como um padrão comportamental fora do normal, portanto, digno de marginalização.

Existe um sofrimento no qual se sujeitam as identidades de habitam o espaço “dentro” (FUSS, 1999). No entanto, é preciso uma atenção que privilegie aquelas identidades de gênero das quais as textualidades fujam totalmente do esperado e facilmente compreendido pela doxa cultural. É justamente na identidade mais à direita do esquema apresentado na figura 1 que se situam as crises de fronteiras de não adequação do corpo com a performance de gênero orientada.

O sujeito inadequado nem se situa no escopo hierárquico, portanto não é aceito, inclusive nas fronteiras dos homens excluídos (performatizados no espaço fora). Para as identidades das quais a narrativa é inadequada ao corpo físico existe uma desenraização (BHABHA, 1998) do ponto de origem que acaba por criar uma identidade alterada, ocupante de um lugar não legitimado pela cultura. Para Hall (2011), a identidade que ocupa esta performance “entre lugar” é uma identidade rasurada, por isso, está circunscrita sob o símbolo do X na figura 1. Para o autor jamaicano (IBIDEM, 2011), esta identidade carrega seu formato original, mas que passa por um processo de reestruturação e não consegue se reconstruir como uma identidade plena – portanto, linguisticamente, não é completamente compreendida.

Apesar da rasura, estas identidades de gênero podem ser lidas, mas são compreendidas a partir de um preconceito que perpassa a agramaticalidade (FUSS, 1999) da cultura simbólica. As fronteiras, portanto, estabelecem um tipo de gramática normativa aos textos explicitados pelos sujeitos nas performances das identidades de gênero.

Esta não adequação, por outro lado, possibilita uma revisão histórica dos comportamentos masculinos. A partir da quebra, é possível a criação de outras narrativas mais libertárias, no sentido da expressão do “eu” interior destes sujeitos. A identidade representada no terceiro quadrante, portanto, atua no sentido de criar, evitando performatizar um personagem pronto e herdado das histórias estereotipadas da cultura. Está criado, então, um modelo de vivência baseado no “poder-ser-no-mundo”, que expande as alternativas vivenciais, ampliando os conceitos das masculinidades para além das possibilidades naturalizadas.

A problemática das diferenças existenciais apresentadas nos quadrantes não é efetivamente a sua existência, mas na sobreposição que a desenvolvem dentro do cotidiano. Em parte das vezes, a marginalização destes masculinos acontecem de modo simbólico, exigindo a convivência dos sujeitos “agramaticais” dentro de um lócus em que a normatividade somente reconhece a clareza e obediência à gramaticalidade para a aceitação.

A violência, portanto, acontece também no desdobramento do espaço vivencial, no qual, as identidades marginalizadas são obrigadas a conviver, mesmo sujeitadas. Esta sujeição não acontece somente no sentido da ação do outro sobre o marginalizado, mas também na relação subjetiva dele na construção da sua “imagem de identidade” (BHABHA, 1998). Neste processo, os sujeitos são imputados a performatizar um determinado padrão identitário criando um espaço intersticial entre o que eles são e o que, realmente, revelam internamente no seu “eu”. É justamente neste ponto que a cultura atua de forma interna nos sujeitos, adaptando-os ao que se espera dentro dos parâmetros hegemônicos, como uma tentativa de adequação. Deste modo, existe uma sobreposição de discursos autênticos e identitários, alocados em diferentes níveis hierárquicos, promulgados e difundidos pelas tecnologias de controle e formação (como as mídias, por exemplo).

Na construção dos diagramas, é importante atentar para a característica de portabilidade das fronteiras entre aceitos e não aceitos. Isso implica que é necessário um cuidado para não criar um tipo de equivalência entre identidades marginalizadas. Bhabha (1998) ressalta o cuidado necessário para análises sob esta perspectiva.

A posição enunciativa dos estudos culturais contemporâneos é complexa e problemática. Ela tenta institucionalizar uma série de discursos transgressores cujas estratégias são elaboradas em torno de lugares de representação não-equivalentes onde uma história de discriminação e representação equivocada e comum entre, por exemplo, mulheres, negros, homossexuais e migrantes do Terceiro Mundo. No entanto, os "signos" que constroem essas histórias e identidades - gênero, raça, homofobia, diáspora pós-guerra, refugiados, a divisão internacional do trabalho, e assim por diante - não apenas diferem em conteúdo mas muitas vezes produzem sistemas incompatíveis de significação e envolvem formas distintas de subjetividade social. Para obter um imaginário social baseado na articulação de momentos diferenciais, até disjuntivos, da história e da cultura, os críticos contemporâneos apelam para a temporalidade peculiar da metáfora da linguagem. E como se a arbitrariedade do signo, a indeterminação da escrita, a cisão do sujeito da enunciação, esses conceitos teóricos, produzissem as descrições mais úteis da formação de sujeitos culturais "pós-modernos" (BHABHA, 1998, p. 245).

Está demonstrado, portanto, que a portabilidade das fronteiras está explícita no momento que são escolhidas diferentes identidades marginalizadas para se contrapor em uma análise. Um homem marginal, ocupante do quadrante mais à direita, não homossexual tem infinitas chances a mais de ser aceito ou compreendido pela doxa do que as identidades trans ou, até mesmo, masculinos travestis. A performance incorporada por estes corpos estabelecem posições mais ou menos próximas do contexto “gramatical” do primeiro quadrante do diagrama, fazendo com que as análises sejam variáveis e sempre precisem ser contrapostas de forma singular e específica.

Em verdade, a comparação de duas identidades de gênero deveria compor especificamente uma relação de fronteiras que seguiriam a mesma estrutura, sempre uma mais adequada à doxa e, portanto, gramatical que a outra. Entende-se que, da mesma forma que as identidades são mutáveis, as fronteiras de marginalização são flutuantes, de modo a desempenhar diferentes tipos de opressão e violência para cada relação identitária em particular.

Conclusão

A ideia, a partir deste exercício, é de documentar a experiência vivida através de um olhar contextual, histórico e relativista do sujeito homem, buscando documentar os hiatos – não no sentido da diferenciação como confronto, mas no reconhecimento da unicidade do sujeito. A contribuição do conceito de “entre-lugar” (BHABHA, 1998) e da identidade rasurada (HALL, 2011) ajudam a compreender que existe um locus onde a racionalidade linear é quebrada. Deste modo, é necessário reconhecer a hermenêutica e o simbólico como caminho de encontrar um entendimento sobre o humano e suas circularidades significativas de sentido.

Percebeu-se que a perspectiva hermenêutica e as teorias narrativas contribuem de forma importante para compreender as representações e performances de gênero. Essa compreensão atua de forma importante para oferecer uma alternativa de análise para os processos de marginalização de gênero, reforçando a importância da interpretação da cultura sob seu aspecto simbólico. A partir deste caminho teórico (multifocado e multidisciplinar) foi possível desenhar uma estrutura em formato de diagrama para analisar as questões de adequação ou inadequação das identidades narrativas de gênero, em seus mais diferentes graus.

As masculinidades (assim como as feminilidades) estão fadadas a se tornar abjetas pela demonstração de adequação (portanto, estar afastado da região na qual as decisões sociais são tomadas, portanto, uma vida além da fronteira da aceitação). Assim é constante o processo de busca pela adequar o seu corpo e sua performance às exigências da sociedade em questão. Desta forma, o sujeito não somente vive dentro da sua cultura, mas também está fadado a sofrer a sua cultura - à medida que ele se impõe, se auto-elege como um locus de expressão da cultura. Deste modo, o corpo se confirma como uma ampliação variável e móvel das territorialidades da cultura.

A libertação dos gêneros a partir da concepção de identidade de gênero será resultado de um longo caminho de reestruturação da lógica de entendimento do social.

Este trajeto é permeado por revisões oportunas para os sentidos naturalizado e fixo aplicados às condutas do “ser homem”, primeiramente entendendo o sentido da verdade (verdadeiramente masculino) como uma convenção, retomando a perspectiva filosófica sofista.

Quebrando a lógica biológica de naturalização do gênero a partir das características do corpo externo, a linguagem passa a agir como uma mediação de interpretação da realidade. Com isso, se estabelece uma nova possibilidade do “ser no mundo” como um processo de construção, assim como a cultura libertária também deveria ser percebida – como um espaço de construção e ação dos sujeitos.

Até este ponto do trabalho, foi possível perceber como a narração e a perspectiva simbólica da cultura instaura sentidos das mais diversas forças. No entanto, esta relação é também um caminho de libertação. Desde que atuando em um contexto que consiga assimilar a variação dos corpos, assumindo a total influência do sujeito perante os objetos – nesse caso, o seu corpo.

Considera-se que a o reconhecimento de existência das masculinidades (variáveis e plurais) é um modo de reconhecer o objeto não diretamente na forma que apresenta à realidade, mas nos vazios que ele constitui. As lacunas entre os diversos modos de narrar os masculinos podem ser espaços faltantes, diferenças, mas também pontos omissos que precisam, sempre que possível, estar presentes tanto no discurso acadêmico, quanto no âmbito social.

Referências

BHABHA, Hommi. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.

BUTLER, Judith. *El género em disputa*. Barcelona: Paidós, 1999.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 19, p. 283-302, julho de 2003.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados 11* (5). São Paulo: Jan/Abr. 1991.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Algés: DIFEL, 2002.

CONNEL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos feministas*, Florianópolis, 21(1): 424, jan.-abr., 2013.

FUSS, Diana. Dentro/Fuera. In *Feminismos literários*. Madri: Arco Libros, 1999.

GADAMER, Hans-Georg. Verdade e método. Petrópolis: Vozes, 1997.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. Palabras y Palabrotas. In: GUTIÉRREZ, Luci. *Cuerpos desordenados*. Barcelona: UOC, 2009.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 1998.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2011.

LISBOA, Marcos José Alves. O conceito de identidade narrativa e a alteridade na obra de Paul Ricoeur: aproximações. *Impulso*, Piracicaba, vol. 23 (56), p. 99-12, jan. – abr. 2013.

PISCITELLI, Adriana. “Recriando a (categoria) mulher?” In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas, n. 48: IFCH-Unicamp, 2002.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa I*. Campinas: Papyrus 1994.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa III*. Campinas: Papyrus, 1997.

RODRIGUES, Carla. Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. In: Sexualidad, Salud y Sociedad: *Revista Latino Americana*, n.10, abr. 2012.

SCOTT, Joan. *Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press. 1989.

SILVA, Sergio Gomes da. A crise da Masculinidade, in: *Psicologia, Ciência e Profissão*, 26 (1). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2006.

WACQUANT, Löic. Esclarecer o habitus. *Educação & Linguagem*, ano 10, nº 16, p. 63-71, jul.-dez. 2007.

Texto recebido em: 29/09/2016.

Texto aprovado em 20/11/2016.